



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS
Avenida Anchieta, nº 200 - Bairro Centro - CEP 13015-904 - Campinas - SP - www.campinas.sp.gov.br
Paço Municipal

PMC/PMC-SMGC-GAB/PMC-SMGC-MONITCE

MANIFESTAÇÃO

Campinas, 11 de fevereiro de 2026.

Processo: PMC.2026.00013142-57

Assunto: TC-001348.989.25-2 - Termo de Colaboração nº 54/2023 – Prestação de Contas 2024.

Ao Grupo de Trabalho de Apoio ao TCESP instituído pela **Ordem de Serviço SMCGP, SMJ e SMGC** nº 01/2023, publicada em 26/07/2023) e atualmente regido pela **Resolução Conjunta SMCGP, SMJ e SMGC Nº** nº 01/2024, publicada em 04/09/2024

Senhores Membros,

Em exame ao Relatório de Prestação de Contas exarado pela UR-03/Campinas, cabe à Secretaria Municipal de Gestão e Controle os esclarecimentos relativos ao seguinte apontamento apresentado pela Fiscalização na Conclusão dos trabalhos:

A.2.3. Controle Interno

- Não houve previsão para supervisão ou avaliação de parcerias com o Terceiro Setor no Plano Anual de Auditoria Interna do Controle Interno. S.m.j., ainda que a atuação do Controle Interno possa ocorrer por amostragem, tal metodologia não afasta a obrigatoriedade de manifestação específica sobre as parcerias com o Terceiro Setor.

Nesse tópico, argumenta a Fiscalização:

O sistema de Controle Interno do Município foi instituído pela Lei Complementar Municipal nº 202, de 22 de junho de 2018, de acordo com os artigos 31, 70 e 74 da Constituição Federal, artigo 59 da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF) e artigo 38, parágrafo único, da LOTCESP (Arquivo 13).

Nos termos de declaração da Unidade Central de Controle Interno (Arquivo 09), **não houve previsão para supervisão ou avaliação de parcerias com o Terceiro Setor** no Plano Anual de Auditoria Interna (PAINT). Isto posto, **não houve disponibilização de relatório elaborado pelo sistema de Controle Interno ou manifestação do setor sobre a parceria em comento** (Arquivo 09, p. 03).

S.m.j., ainda que a atuação do Controle Interno possa ocorrer por amostragem, tal metodologia não afasta a obrigatoriedade de manifestação específica sobre as parcerias com o Terceiro Setor. No caso, a Unidade Central de Controle Interno declarou não haver previsão no PAINT 2024 para supervisão ou avaliação dessas parcerias, tampouco a elaboração de relatório ou parecer acerca do Ajuste em exame, o que **inviabiliza a manifestação quanto à legalidade dos repasses e à avaliação da eficácia e eficiência dos**

resultados alcançados, contrariando o disposto nas Instruções vigentes (artigo 67, inciso III, nº 01/2024⁴).

Ora, a **manifestação acerca da legalidade, eficácia e eficiência dos resultados alcançados pelo Ajuste constitui requisito obrigatório do Parecer Conclusivo Anual**, emitido pelo órgão integrante do Sistema de Controle Interno, nos termos do **art. 203 das Instruções nº 01/2024**, a conferir:

Art. 203 – A **emissão de parecer conclusivo** pelos órgãos e entidades concessionários sobre a aplicação de recursos transferidos em cada exercício financeiro a órgãos/entidades públicos(as) e a entidades do Terceiro Setor deve atender à transparência da gestão definida pelo art. 48 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), devendo a autoridade competente atestar conclusivamente, no mínimo:

(...)

XII - o **atendimento aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, motivação e interesse público**;

Tal Relatório fora encaminhado ao TCESP no evento 28.37 do TC- 001348.989.25-2, do qual se extrai:

DECLARAMOS QUE A OSC ALDEIAS INFANTIS SOS BRASIL (SEDE), executou o Serviço de Acolhimento Institucional para crianças e adolescentes - Casa Lar, oferece acolhimento provisório em unidades residenciais para 10 crianças/adolescentes, prioritariamente crianças e adolescentes/grupos de irmãos cujos genitores foram destituídos do poder familiar e/ou se encontram em processo de destituição, nas quais pelo menos uma pessoa ou casal trabalha como educador/cuidador residente - em uma casa que não é a sua - prestando cuidados a um grupo de crianças e adolescentes afastados do convívio familiar por meio de medida protetiva acolhimento (ECA, Art. 101) e o Serviço de Acolhimento Institucional para crianças e adolescentes - Casa Lar Para Adolescentes Grávidas e/ou com Filhos, oferece acolhimento provisório em unidades residenciais, na qual educadores se revezam prestando cuidados a um grupo de adolescentes grávidas e/ou com filhos, que se encontram ou não em situação de rua, exploração sexual e/ou em medidas socioeducativas, usuárias ou não de substâncias psicoativas e/ou com agravos em saúde mental, afastadas do convívio familiar por meio de medida protetiva de acolhimento (ECA, Art. 101), que integra(m) o Sistema Único da Assistência Social do Município. Declaramos que a OSC esteve em regular funcionamento, obteve os resultados através do cumprimento das cláusulas pactuadas em conformidade com a regulamentação que

Parecer 15123606

SEI PMC.2025.00034814-87 / pg. 2

rege a matéria por meio do Termo de Colaboração, bem como do atendimento das metas, que encontram-se detalhados em Relatórios de Monitoramento e Avaliação Sistemático, emitido pela Coordenadoria Departamental de Monitoramento e Avaliação. Recebeu recursos, auferiu rendimentos e comprovou despesas por fonte de recurso, conforme demonstrado nas tabelas abaixo:

Em outro trecho, temos:

ATESTAMOS:

- que a aplicação dos recursos deu-se em conformidade com o objeto do repasse e o respectivo plano de trabalho;
- que as atividades desenvolvidas com as verbas públicas repassadas se compatibilizam com as metas propostas e os resultados alcançados, conforme demonstrado nos Relatórios de Execução do Objeto;
- a disponibilização, pela entidade do terceiro setor, dos documentos comprobatórios dos gastos efetuados com os recursos da parceria e sua devida contabilização, atestada pelo contador da beneficiária;
- que os originais dos comprovantes de gastos contêm a identificação da OSC beneficiária, do tipo de repasse, do número do ajuste e do órgão repassador, nos termos das declarações de guarda e responsabilidade dos documentos originais e termo de responsabilidade pelo uso da senha do sistema PDC, constantes dos autos;
- a disponibilização pela entidade do terceiro setor das respectivas certidões atualizadas acerca da regularidade dos recolhimentos de encargos trabalhistas, referente aos gastos com pessoal;
- que a OSC em epígrafe tem atendido aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, motivação e interesse público;
- a existência e o funcionamento regular do controle interno do Órgão Público Concessor sendo o Sr. Alberto Alves da Fonseca - CPF. 068.520.408-10 o responsável;

Parecer 15123606

SEI PMC.2025.00034814-87 / pg. 12

- que foram realizados os monitoramentos, por meio de acompanhamento de instrumental on line, complementados quando necessário, através de visitas in loco, monitoramentos externos e monitoramentos coletivos, estando os relatórios periódicos anexados nos processos administrativos específicos das parcerias.
- Diante do exposto declaramos a regularidade dos gastos efetuados e analisados dentro do referido exercício, através das comprovações mensais apresentadas.

À alegação de **que a ausência do relatório ou parecer da Unidade Central de Controle Interno inviabilizaria a manifestação quanto à legalidade dos repasses e à avaliação da eficácia e eficiência dos controles alcançados, em suposta afronta ao art. 67, inciso III, da IN 01/2024 do TCESP, contrapõe-se a compreensão da diferença existente entre**

Controle Interno, Unidade Central de Controle Interno (UCCI) e Sistema de Controle Interno.

Tal distinção consta em **Manual de Controle Interno do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo 2022**, disponível em <https://www.tce.sp.gov.br/publicacoes/manual-controle-interno-2022-0>, editado em sua missão pedagógica e publicado em 23/01/2023, a saber:

Entretanto, controle interno não é a mesma coisa que sistema de controle interno ou unidade central de controle interno.

Na verdade, o controle interno (procedimentos), em essência, é realizado por todo servidor público, em especial pelos que ocupam postos de chefia.

A unidade central de controle interno, por seu turno, é a unidade administrativa responsável por centralizar informações e checar, de forma articulada e integrada, a eficiência de todos aqueles controles setoriais, sob estruturação apresentada em lei local.

Em resumo, o tesoureiro controla a adequação dos saldos bancários, o chefe do posto de saúde controla a eficiência do atendimento médico, o almoxarife controla a exatidão entre os saldos registrados e os estoques físicos, a diretora da escola controla o desenvolvimento de um bom nível de ensino. De seu lado, a unidade central de controle interno verifica, dentre outras atividades, a pertinência e a eficiência de todos esses controles setoriais.

A unidade (central) de controle interno da organização é parte da gestão do sistema ou da estrutura de controle interno da própria entidade. Seu papel é assessorar os gestores, auxiliando-os na identificação de riscos e propondo estratégias para mitigá-los.

Já o sistema de controle interno pode ser definido como um processo efetuado pela administração e por todo o corpo funcional, integrado ao processo de gestão em todas as áreas, estruturado para enfrentar riscos e fornecer razoável segurança de que na consecução da missão, dos objetivos e das metas institucionais os princípios constitucionais da Administração Pública serão obedecidos e os seguintes objetivos gerais de controle serão atendidos:

- I. eficiência, eficácia e efetividade operacional, mediante execução ordenada, ética e econômica das operações;
- II. integridade e confiabilidade da informação produzida e sua disponibilidade para a tomada de decisões e para o cumprimento de obrigações de accountability;
- III. conformidade com leis e regulamentos aplicáveis, incluindo normas, políticas, programas, planos e procedimentos de governo e da própria instituição;
- IV. adequada salvaguarda e proteção de bens, ativos e recursos públicos contra desperdício, perda, mau uso, dano, utilização não autorizada ou apropriação indevida.

A **Lei Complementar Municipal nº 202/2018**, que institui o Sistema de Controle Interno da Administração Pública municipal, **regulamentada pelo Decreto nº 20.121/2018**, estabelece em seus arts. 2º, 4º, 5º e 8º o quanto segue:

Art. 2º **O Sistema de Controle Interno compreende a estrutura organizacional e o conjunto integrado de métodos, normas e procedimentos adotados pelos órgãos ou entidades municipais** na proteção do patrimônio público, e ainda a promoção da confiabilidade e tempestividade dos registros e informações e da eficácia e eficiência operacionais.

Art. 4º **A sistematização do controle interno**, na forma estabelecida nesta Lei Complementar, **não elimina ou prejudica os controles próprios existentes no âmbito**

da Administração Pública municipal, nem o controle administrativo inerente a cada área.

Art. 5º O Sistema de Controle Interno da Administração Pública municipal direta e indireta é composto de:

I - um órgão central do Sistema;

II - unidades setoriais de controle interno da Administração Pública direta;

III - unidades setoriais de controle interno da Administração Pública indireta.

§ 1º O órgão central do Sistema de Controle Interno será a Secretaria Municipal de Gestão e Controle, que se constituirá em unidade de assessoramento e apoio, vinculada diretamente ao Chefe do Poder Executivo Municipal, e atuará em todos os órgãos e entidades da Administração municipal.

Art. 8º Compete à Secretaria Municipal de Gestão e Controle, como órgão central do Sistema de Controle Interno: (...)

Daí se depreende que **a Secretaria Municipal de Gestão e Controle constitui o órgão central do Sistema de Controle Interno, mas não encerra em sua estrutura todo o controle interno (procedimentos)**, os quais são exercidos pelos diversos órgãos da Administração e por todo corpo funcional.

Nesse diapasão, o **Decreto Municipal nº 20.121/2018**, que regulamenta a LCM 202/2018 adota, em seu art. 2º, os seguintes conceitos:

Art. 2º Para os fins deste Decreto, ficam estabelecidos os seguintes conceitos:

I - Sistema de Controle Interno: compreende a **estrutura organizacional e o conjunto integrado de métodos, normas e procedimentos adotados pelos órgãos ou entidades municipais na proteção do patrimônio público e na promoção da confiabilidade e tempestividade dos registros e informações e da eficácia e eficiência operacionais;**

II - Órgão Central do Sistema de Controle Interno: **corresponde à Secretaria Municipal de Gestão e Controle**, unidade de assessoramento e apoio, vinculada diretamente ao Chefe do Poder Executivo Municipal, incumbida da orientação normativa e da supervisão técnica das unidades que compõem o Sistema;

III - Unidades Setoriais de Controle Interno: unidades pertencentes à estrutura organizacional dos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal direta e indireta, que examinarão e avaliarão o desenvolvimento e execução dos atos e procedimentos administrativos no âmbito dos órgãos ou entidades a que pertençam;

IV - Prestação de Contas: conjunto de documentos comprobatórios da aplicação de recursos públicos, acompanhados de toda a documentação demonstrativa exigida para a comprovação da boa e regular aplicação das verbas públicas em conformidade as leis, regulamentos e demais normas administrativas, orçamentárias e financeiras;

Vale registrar que as atividades da **Unidade Central de Controle Interno** são planejadas por **Plano Operativo Anual (POA)** que, por razões óbvias, não abarcam todo e qualquer ajuste com o Terceiro Setor, mas por seletividade fundamentada em critérios de gestão de riscos, similar ao que ocorre com os órgãos de controle externo.

De toda sorte, não há cogitar a alegada afronta ao **art. 67, inciso III, da IN 01/2024 do TCESP**, porquanto houve a atuação do controle Interno, a despeito de não ter havido a manifestação da Unidade Central.

Esses os esclarecimentos que competiam à SMGC sob a ótica de Unidade Central de Controle Interno.



Documento assinado eletronicamente por **FERNANDA DO AMARAL ZAITUNE - OAB 134.974, Procurador(a)**, em 11/02/2026, às 16:34, conforme art. 10 do Decreto 18.702 de 13 de abril de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **ALBERTO ALVES DA FONSECA, Secretário(a) Municipal**, em 11/02/2026, às 16:35, conforme art. 10 do Decreto 18.702 de 13 de abril de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.campinas.sp.gov.br/verifica> informando o código verificador **17744492** e o código CRC **4441FA4D**.